

UEA
UNIVERSIDADE
DO ESTADO DO
AMAZONAS



**ESCOLA DE
DIREITO**

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS



EQUIDADE:

**REVISTA ELETRÔNICA DE DIREITO DA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS**

UEA
EDIÇÕES

editora
UEA

GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

Wilson Lima
Governador

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO
AMAZONAS**

Prof. Dr. André Luiz Nunes Zogahib
Reitor

Profª. Dra. Kátia do Nascimento Couceiro
Vice-Reitor

Prof. Dr. Fábio Carmo Plácido Santos
Pró-Reitor de Ensino de Graduação

Prof. Dr. Monica Dias de Araújo
Pró-Reitora de interiorização

Profª. Dr. Roberto Sanches Mubarak Sobrinho
Pró-Reitor de pesquisa e pós-graduação

Profª. Dra. Samantha Coelho Pinheiro
Pró-Reitora de Planejamento

Prof. Dr. Valber Barbosa Martins
**Pró-Reitor de Extensão e Assuntos
Comunitários**

Prof. Dr. Nilson José de Oliveira Junior
Pró-Reitor de Administração

Profª. Dra. Isolda Prado
Diretora da Editora UEA

Profª. Dra. Glaucia Maria de Araújo Ribeiro
**Coordenação do Programa de
Pós-Graduação *Stricto sensu* em Direito
Ambiental**

**EQUIDADE:
Revista Eletrônica de Direito da
Universidade do Estado do Amazonas**

Prof. Dr. Ricardo Tavares de Albuquerque, UEA
Coordenação do curso de Direito

Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar, UEA
Profª. Dra. Patrícia Fortes Attademo Ferreira -UEA
Prof. Dr. Ricardo Tavares, UEA
Editores Chefe

Profª. Msc. Monique de Souza Arruda
Prof. Esp. Átila de Oliveira Souto
Esp. Alcemir Filomeno Pinto, UEA
Msc. Edinaldo Inocência Ferreira Junior, UEA
Esp. Glenda Martins Monteconrado, UEA
Prof. Msc. Helder Brandão Góes
Esp. Maíza Thayná Pereira Ribeiro, UEA
Esp. Renato Gomes de Sá Leitão, UEA
Esp. Sheila N. de Paula e Silva Oliveira, UEA
Bruna Maria da Silva Mota, UEA

Editores Assistentes

Prof. Dr. Celso Antonio Pacheco Fiorillo, PUCSP
Profª. Dr. Danielle de Ouro Mamed, UFMS
Prof. Dr. Antonio Carlos Morato, USP
Profª. Dra. Tereza Cristina S. B. Thibau, UFMG
Prof. Dr. Sandro Nahmias Melo, UEA
Prof. Dr. Cássio André Borges dos Santos, UEA

Conselho Editorial

Profª. Dr. Lidiane Nascimento Leão, UFOPA
Prof. Msc. Assis da Costa Oliveira, UFPA
Prof. Dr. Nirson da Silva Medeiros Neto, UFOPA
Profª Ma. Roberta Priscila de Araújo Lima, UEA
Prof. Msc. Helder Brandão Góes
Esp. Alcemir Filomeno Pinto, UEA
Msc. Edinaldo Inocência Ferreira Junior, UEA
Esp. Glenda Martins Monteconrado, UEA
Esp. Maíza Thayná Pereira Ribeiro, UEA
Esp. Renato Gomes de Sá Leitão, UEA
Esp. Sheila N. de Paula e Silva Oliveira, UEA
Bruna Maria da Silva Mota, UEA

Comitê Científico

Prof. Dr. Daniel Gaio - UFMG/MG
Prof. Dr. Paulo Victor Vieira da Rocha, UEA
Prof. Dr. Alcian Pereira de Souza, UEA
Prof. Dr. Erivaldo Cavalcanti e Silva Filho, UEA
Profa. Msc. Monique de Souza Arruda
Prof. Esp. Átila de Oliveira Souto, UEA
Profa. Dra. Adriana Almeida Lima, UEA
Prof. Dr. Ygor Felipe Távora da Silva, UEA
Prof. Dr. Neuton Alves de Lim, UEA

Avaliadores

Prof. Esp. Átila de Oliveira Souto, UEA
Prof. Msc. Helder Brandão Góes

Primeira Revisão

Prof. Pós- Dr. Denison Melo de Aguiar, UEA

Revisão Final

Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis

Artigo Científico



Seminário de Legislação especial aplicada a grupos vulneráveis

Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar
Profa. Dra. Márcia Cristina Nery da Fonseca Rocha Medina
Prof. Dr. Neuton Alves de Lima
Prof. Pós-Dr. Mauro Augusto Ponce de Leão Braga
Prof. Pós-Dr. Flávio Humberto Pascarelli Lopes

Organizadores

Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar
Profa. Dra. Márcia Cristina Nery da Fonseca Rocha Medina
Prof. Dr. Neuton Alves de Lima
Prof. Pós-Dr. Mauro Augusto Ponce de Leão Braga
Prof. Pós-Dr. Flávio Humberto Pascarelli Lopes

Comissão científica do evento

Antonio José Cacheado Loureiro
Camila Jatahy Araujo
Cristiane da Silva Pereira Medeiros
Raphael Nogueira Holanda Gouveia
Daniel Rabelo de Melo
David Henrique Lisboa Santiago
Bruno Jordano da Silva Brito
Eurico Dias Teixeira Neto
Evelton Cezar Bitencourt
Fernanda da Silva Pereira
Giêr Monteiro Memoria
Hélio dos Santos Júnior
Juvenal Cavalcante Portela
Paulo José Barbosa Martins de Abreu
Giêr Monteiro Memória
Henrique Raimundo do Nascimento
Fortaleza

Italo Jeffersson Fernandes Pacheco
Jarneson Barbosa Ferreira Batista
João da Silva Padilha
João Paulo Ribeiro da Silva
Johnattan Martins Pinheiro
José Adelson da Silva Miranda
Leandro Santos Gomes
Lincon de Oliveira Bernarde
Edigley Oliveira da Silva
Marcello Phillipe Aguiar Martins
Marcelo Travessa Guedes
Paulo José Barbosa Martins de Abreu
Paulo José Barbosa Martins de Abreu
Tulio Diego De Almeida Monteiro
Victor Dias Noé Araújo

Comissão de revisores

Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis Artigo Científico



Seminário de Legislação especial aplicada a grupos vulneráveis

Adriel da Silva Santos
Aghata Gonçalves do Amaral Melo
Amanda leitão da Silva
Ana Belle Barcelos Faria
André Guilherme Oliveira Gentil
André Marques Araújo
Andrews Martins Siqueira
Bruna Maria da Silva Mota
Clodoaldo Matias da Silva
Denison Melo de Aguiar
Edinaldo Inocência Ferreira Junior
Elias Emanuel Lima de Melo
Elizabeth Ellen Santos Rocha
Emilly Victória Batista dos Santos
Ernesto Santos Coelho
Felipe Matheus de Assis Saraiva
Gabriel Imay Diaz
Giovanna Costa Novo Moreira
Gisele de Almeida Nascimento
Glenda Martins Monteconrado
Heitor Lucas Rodrigues Pontes
Inocência Ferreira Junior

João Gabriel de Souza Monteiro
Katy Anne da Silva Ferreira
Layse Oliveira de Castro
Luana Caroline Nascimento Damasceno
Lucas Emanuel Bastos Polari
Luciana Lima Conceição
Marcelo Damasceno Rodrigues
Maria Beatriz Carvalho de Alencar
Maria Clara Santana Barros de Oliveira
Paula Carolina Lobato da Cunha
Raissa Lima do Nascimento
Rian Carlos de Moraes Pereira
Rogério Ribeiro da Costa Sheila
Nascimento de Paula e Silva Oliveira
Suzy Oliveira de Araújo
Viviane dos Santos Farias
Yasmim Ferreira Derzi
Sheila Nascimento de Paula e Silva
Oliveira
Suzy Oliveira de Araújo
Viviane dos Santos Farias
Yasmim Ferreira Derzi

Comissão Organizadora

Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis

Artigo Científico



Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis

Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar
Profª. Dra. Márcia Cristina Nery da Fonseca Rocha Medina
Prof. Dr. Neuton Alves de Lima
Prof. Pós-Dr. Mauro Augusto Ponce de Leão Braga
Prof. Pós-Dr. Flávio Humberto Pascarelli Lopes

Organizadores

Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar
Profª. Dra. Márcia Cristina Nery da Fonseca Rocha Medina
Prof. Dr. Neuton Alves de Lima
Prof. Pós-Dr. Mauro Augusto Ponce de Leão Braga
Prof. Pós-Dr. Flávio Humberto Pascarelli Lopes

Comissão científica do evento

Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar
Bruna Maria da Silva Mota
Prof. MSc. Helder Brandão Góes

Formatação

Prof. MSc. Helder Brandão Góes

Primeira revisão

Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar
Profª. Dra. Márcia Cristina Nery da Fonseca Rocha Medina
Prof. Dr. Neuton Alves de Lima
Prof. Pós-Dr. Mauro Augusto Ponce de Leão Braga
Prof. Pós-Dr. Flávio Humberto Pascarelli Lopes
Prof. MSc. Helder Brandão Góes

Revisão final

Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis Artigo Científico

Os artigos publicados, bem como as opiniões neles emitidas são de inteira responsabilidade de seus autores.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade do Amazonas

R454

AGUIAR, Denison Melo de Aguiar; MEDINA, Márcia Cristina Nery da Fonseca Rocha; LIMA, Neuton Alves de; BRAGA, Mauro Augusto Ponce de Leão; PASCARELLI LOPES, Flávio Humberto. Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis. **Equidade**: Revista Eletrônica de Direito da Universidade do Estado do Amazonas/ Curso de Direito da Universidade do Estado do Amazonas/ Programa de Pós-Graduação em Direito Ambiental da Universidade do Estado do Amazonas/ Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos da Universidade do Estado do Amazonas. Vol. 1. Nº 1. (2026). Manaus: Curso de Direito, 2026.

Anais

1. Direito – Periódicos. 2. Direitos Fundamentais – Periódicos.

Título.

CDU 349.6

Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis

Artigo Científico

APRESENTAÇÃO

Este é os Anais do Seminário de Legislação Aplicada a Grupos Vulneráveis, realizado no âmbito da disciplina homônima, ministrada aos alunos do Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Estado do Amazonas. Este seminário representa um marco na formação jurídica, ética e cidadã dos futuros oficiais, ao propor uma abordagem crítica e interdisciplinar sobre os desafios enfrentados por populações vulnerabilizadas no contexto amazônico e brasileiro.

A ementa da disciplina foi concebida com o propósito de ampliar a compreensão dos discentes sobre os múltiplos fatores que produzem e reproduzem vulnerabilidades sociais, políticas e institucionais. Partiu-se da premissa de que o policial militar, enquanto agente do Estado e promotor de direitos, deve estar capacitado não apenas para intervir em situações de conflito, mas também para reconhecer e respeitar as especificidades culturais, identitárias e históricas dos grupos com os quais interage. Assim, temas como interseccionalidade, teoria da alteridade, sexualidade humana, racismo estrutural, violência doméstica, abuso de autoridade, entre outros, foram tratados com profundidade e sensibilidade ao longo do curso.

Os manuscritos que compõem estes Anais são frutos de um processo pedagógico que valoriza a pesquisa aplicada, a escuta ativa e o compromisso com a transformação social. Os alunos foram desafiados a investigar, refletir e propor soluções jurídicas e operacionais para questões que envolvem populações indígenas, ribeirinhas, negras, LGBTQIAPN+, idosos e os próprios policiais militares — estes últimos frequentemente invisibilizados como sujeitos de direitos dentro das estruturas institucionais. Os textos revelam não apenas domínio técnico, mas também empatia, senso crítico e abertura ao diálogo, qualidades indispensáveis à atuação policial em uma sociedade plural e democrática.

A escolha das populações abordadas nos trabalhos reflete a realidade amazônica e a complexidade das relações sociais que se estabelecem no território. A presença de povos originários e comunidades tradicionais exige do policial uma postura de respeito à diversidade cultural e aos direitos coletivos. A população negra, historicamente marcada pela exclusão e pela violência institucional, demanda ações afirmativas e práticas antirracistas. A comunidade LGBTQIAPN+ enfrenta barreiras estruturais e simbólicas que exigem do agente público uma atuação pautada na dignidade e na equidade. Os idosos, por

Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis

Artigo Científico

sua vez, são frequentemente vítimas de negligência e violência, o que requer atenção especializada e políticas de proteção. E os próprios policiais militares, sujeitos a pressões psicológicas, riscos físicos e estigmas sociais, precisam ser reconhecidos como parte da equação da vulnerabilidade.

Os Anais aqui apresentados são, portanto, mais do que um registro acadêmico: são testemunhos de um processo formativo comprometido com a justiça social, com os direitos humanos e com a construção de uma segurança pública que respeite e valorize a vida em todas as suas expressões. Que este material possa inspirar novas práticas, pesquisas e políticas voltadas à promoção de direitos e à redução das desigualdades.

Agradecemos aos alunos pela dedicação e coragem intelectual, à Academia de Polícia Militar do Amazonas pelo apoio institucional, à Universidade do Estado do Amazonas do e à sociedade amazonense, que nos desafia diariamente a pensar e agir com responsabilidade e humanidade.

Boa leitura.

Manaus, 01 de fevereiro de 2026.

Os Organizadores,

Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar
Profa. Dra. Márcia Cristina Nery da Fonseca Rocha Medina
Prof. Dr. Neuton Alves de Lima
Prof. Pós-Dr. Mauro Augusto Ponce de Leão Braga
Prof. Pós-Dr. Flávio Humberto Pascarelli Lopes

**Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis
Artigo Científico**

**TECNOLOGIA, EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AÇÃO POLICIAL COMO
INSTRUMENTOS DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA**

*TECHNOLOGY, ENVIRONMENTAL EDUCATION, AND POLICE ACTION AS
INSTRUMENTS FOR THE PROTECTION OF THE AMAZON*

**Camila Jatahy Araujo¹
Edilson Martins de Alencar Netto²
Denison Melo de Aguiar³
Neuton Alves de Lima⁴
Flávio Humberto Pascarelli Lopes⁵**

1. INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988, marco jurídico da redemocratização brasileira, erigiu o meio ambiente ecologicamente equilibrado à categoria de direito fundamental, intrinsecamente associado à sadia qualidade de vida e, por extensão, à própria dignidade da pessoa humana (art. 225). Este preceito constitucional não se configura como mera carta de intenções, mas impõe ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

¹ Graduada em Comunicação Social com ênfase em Publicidade e Propaganda (Uninorte, 2009). Graduada em Direito (Faculdade Martha Falcão, 2017). Especialista em Advocacia Trabalhista (Uniderp, 2015). Mestre em Direito Ambiental (UEA, 2020). Bacharelanda em Segurança Pública e do Cidadão (UEA). E-mail: camilajatahy@gmail.com.

² Graduado em Direito (CIESA, 2013). Especialista em Penal e Processo Penal (Cândido Mendes, 2023). E-mail: edilson.alencar.adv@gmail.com.

³ Pós-Doutor UniSalento (Itália-2024), Doutor em Direito. Doutor em Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGD/ UFMG). Mestre em Direito Ambiental pelo Programa de Pós- Graduação em Direito Ambiental da Universidade do Estado do Amazonas (PPGDA/ UEA). Advogado. Graduado em Direito pela Universidade da Amazônia (UNAMA/PA). Professor de ensino superior do curso de Direito da UEA. Professor da Academia de Polícia Militar do Amazonas (APM-PMAM). Professor de ensino superior do Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas (CIESA). Coordenador da Clínica de Mecanismos de soluções de Conflitos (MARbiC/UEA). Coordenador da Clínica de Direito e Cidadania LGBTI (CLGBTI/UEA). Coordenador da Clínica de Direito dos Animais (YINUAKA-UEA). Editor-chefe da Revista Equidade. Integrante do Grupo de pesquisa Desafios do Acesso aos Direitos Humanos no Contexto Amazônico da Escola Superior da magistratura do Amazonas (ESMAM). Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, cidadania e Direitos Humanos (PPGSP/UEA). Contato: denisonaguiaerx@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9956374214863816>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5903-4203>

⁴ Professor da Escola de Direito da UEA e dos Programa de Mestrado em Direito Ambiental e em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos. Doutor em Direito pela UFMG. Mestre em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos pela UEA. Coordenador da Clínica de Estudos Constitucionais - CEC/UEA. Contato: nalima@uea.edu.br.

⁵ Pós-Doutor em Direito pela UniSalento. Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Amazonas. Mestre em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco. Doutor em Direito Constitucional pela Universidade de Fortaleza. Diretor da Escola Superior da Magistratura do Amazonas. Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas. Contato: fpascarellilopes@icloud.com

Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis

Artigo Científico

A concretização desse direito fundamental, todavia, é um desafio complexo que demanda uma atuação sinérgica e coordenada de múltiplos atores estatais e sociais, englobando desde os órgãos ambientais federais, estaduais e municipais, passando pelas forças de segurança, até a imprescindível participação da sociedade civil organizada e do cidadão.

No contexto singular do estado do Amazonas, epicentro de uma vasta porção da maior floresta tropical do planeta, a Polícia Militar assume um papel de relevância estratégica e inquestionável na salvaguarda ambiental. Sua atuação transcende a mera repressão, englobando um espectro preventivo crucial, especialmente diante da magnitude e da complexidade das pressões antrópicas que incidem sobre este bioma.

A Amazônia, reconhecida globalmente como um patrimônio natural de valor inestimável, depositária de uma megadiversidade biológica e protagonista na regulação climática global, enfrenta um recrudescimento de ameaças multifatoriais. O desmatamento ilegal, impulsionado por dinâmicas complexas que envolvem a expansão da fronteira agrícola, a grilagem de terras e a extração madeireira predatória, configura-se como um dos principais vetores de degradação.

As queimadas, frequentemente associadas ao desmatamento como método de "limpeza" de áreas ou manejo inadequado, liberam vastas quantidades de gases de efeito estufa, comprometem a qualidade do ar e ameaçam a integridade dos ecossistemas e a saúde das populações locais. A mineração ilegal, notadamente o garimpo de ouro, além de promover a remoção da cobertura vegetal e a contaminação de solos e corpos hídricos por substâncias tóxicas como o mercúrio, fomenta conflitos sociais e violações de direitos humanos, especialmente em territórios indígenas e unidades de conservação.

As repercussões dessa degradação ambiental transcendem as fronteiras regionais, irradiando efeitos em escala planetária. A perda de biodiversidade, a alteração dos regimes hídricos, a intensificação de eventos climáticos extremos e a comprometimento da segurança alimentar e hídrica são algumas das consequências diretas desse processo deletério.

Neste cenário desafiador, a Polícia Militar do Amazonas (PMAM), por intermédio de suas unidades especializadas, notadamente o Comando de Policiamento Ambiental (CPA), emerge como um ator fundamental na linha de frente do combate aos ilícitos ambientais. A atuação do CPA não se restringe ao policiamento ostensivo e repressivo em áreas críticas; ela se estende à fiscalização de atividades potencialmente poluidoras e ao

Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis

Artigo Científico

desenvolvimento de programas educativos, como o Programa de Educação Ambiental Vitória-Régia. Este último desempenha um papel vital na construção de uma consciência ambiental crítica e na promoção de uma cultura de sustentabilidade, buscando engajar a sociedade na corresponsabilidade pela proteção do patrimônio natural.

2. JUSTIFICATIVA

O presente estudo propõe-se a realizar uma análise aprofundada e crítica das estratégias de monitoramento e fiscalização implementadas pela Polícia Militar do Amazonas. O escopo central desta investigação reside em: Avaliar a eficácia e a eficiência das estratégias correntes de monitoramento e fiscalização empregadas pela PMAM no combate a atividades ilícitas, tais como o desmatamento, as queimadas, a extração ilegal de recursos madeireiros e a mineração predatória. Esta avaliação contemplará a análise da alocação de recursos humanos e materiais, a adequação das táticas operacionais e a capacidade de resposta da corporação frente às dinâmicas criminosas.

Cabe ainda investigar, com particular ênfase, a incorporação e a utilização de tecnologias avançadas como ferramentas de otimização das ações de combate a ilícitos ambientais. Este eixo analítico explorará o potencial de sistemas de sensoriamento remoto (imagens de satélite de alta resolução, VANTs/drones), georreferenciamento, plataformas de análise de dados geoespaciais e inteligência artificial para aprimorar a detecção precoce de infrações, o planejamento estratégico de operações, a produção de inteligência policial qualificada e a otimização do emprego de recursos em vastas e remotas extensões territoriais, características intrínsecas ao contexto amazônico.

3. OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

Relacionar como a Polícia Militar do Amazonas (PMAM) atua para proteger o meio ambiente na Amazônia, examinando suas iniciativas de educação, o uso de tecnologia e suas parcerias, para descobrir o que funciona bem, quais são os obstáculos e onde pode melhorar.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis

Artigo Científico

Avaliar a eficiência das ações de fiscalização e monitoramento da PMAM contra crimes ambientais (como desmatamento e garimpo ilegal), com um olhar especial para o uso de tecnologias modernas, como drones e sistemas de satélite.

Analisar as colaborações bem-sucedidas entre a PMAM e projetos de educação ambiental, como o programa Vitória-Régia, para identificar as melhores práticas e como elas ajudam a aumentar a consciência ambiental na sociedade.

4. PROBLEMA E HIPÓTESE

A presente pesquisa traz a seguinte problemática: Como a Polícia Militar do Amazonas (PMAM) consegue proteger o meio ambiente na Amazônia, considerando os desafios práticos, de recursos, tecnológicos e de estrutura que limitam sua atuação eficaz contra os crimes ambientais? Faz-se necessário entender essas barreiras para que a proteção da Amazônia seja mais forte e duradoura.

Quanto à Hipótese, o trabalho aborda que ao examinar de perto as estratégias de fiscalização da PMAM, o uso de tecnologias modernas (como drones) e as parcerias de sucesso em educação ambiental, pode-se encontrar caminhos claros e práticos para melhorar a capacidade da PMAM, superar seus obstáculos e, assim, fortalecer a proteção ambiental e o engajamento da sociedade na Amazônia.

5. METODOLOGIA

A metodologia utilizada no trabalho envolve a análise de documentos, como relatórios, planos de ação e legislação ambiental, bem como a realização de entrevistas com policiais militares, educadores ambientais e representantes da sociedade civil. Além disso, são utilizados dados estatísticos sobre crimes ambientais e indicadores de desempenho das ações de proteção ambiental.

Espera-se que o trabalho contribua para o aprimoramento das estratégias de proteção ambiental da PMAM, bem como para o fortalecimento da conscientização e da participação da sociedade na defesa do meio ambiente. Além disso, espera-se que o trabalho sirva de referência para outras instituições e órgãos que atuam na área ambiental.

A proteção do meio ambiente é um desafio complexo que exige a atuação coordenada de diversos atores. A Polícia Militar do Amazonas desempenha um papel fundamental nesse processo, atuando tanto na prevenção quanto na repressão de crimes ambientais. O trabalho em questão busca analisar e aprimorar a atuação da PMAM na

Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis

Artigo Científico

proteção do meio ambiente, contribuindo para a construção de um futuro mais sustentável para a Amazônia e para o planeta.

5.1. TIPO DE PESQUISA

No que concerne a Abordagem Geral este estudo adotou uma abordagem metodológica mista, combinando técnicas de pesquisa qualitativa e quantitativa para obter uma compreensão abrangente da atuação da Polícia Militar do Amazonas (PMAM) na proteção ambiental. A pesquisa foi estruturada em três fases principais: levantamento e análise documental, coleta de dados em campo e análise integrada dos resultados.

5.2. TÉCNICAS DE PESQUISA

Quanto ao Levantamento e Análise Documental a primeira fase consistiu em um levantamento exaustivo de documentos relevantes, incluindo: Legislação Ambiental através das Leis federais e estaduais, decretos, portarias e resoluções relacionadas à proteção ambiental na Amazônia; Relatórios e Planos de Ação da PMAM, quais sejam, documentos que detalham as estratégias, ações e resultados do Comando de Policiamento Ambiental (CPA) e do Programa de Educação Ambiental Vitória-Régia; Já no que concerne os dados estatísticos foram extraídas informações sobre crimes ambientais, apreensões, multas e outras medidas de fiscalização; Estudos Acadêmicos e Técnicos são artigos científicos, teses, dissertações e relatórios de pesquisa sobre a atuação de polícias e órgãos ambientais na proteção da Amazônia.

Os documentos foram analisados criticamente, buscando identificar os principais desafios, oportunidades e resultados da atuação da PMAM na proteção ambiental.

Também se utilizou da exposição da vivência e atividade policial militar através do Aluno Oficial PM II S. Pantoja, o qual pôde contribuir com sua experiência na atividade policial militar e acerca do Programa Vitória-Régia, representantes de órgãos ambientais (Ipaam, Ibama), membros de organizações não governamentais (ONGs) e líderes comunitários. A entrevista buscou obter informações detalhadas sobre as estratégias de proteção ambiental, os desafios enfrentados, os resultados alcançados e as percepções dos diferentes atores envolvidos.

6. RESULTADOS

Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis

Artigo Científico

Os resultados da pesquisa revelam um quadro complexo e multifacetado da atuação da Polícia Militar do Amazonas (PMAM) na proteção ambiental. Em linhas gerais, o estudo demonstra que a PMAM desempenha um papel crucial na defesa do meio ambiente na Amazônia, atuando tanto na prevenção quanto na repressão de crimes ambientais. No entanto, os resultados também apontam para desafios significativos e oportunidades de aprimoramento.

Quanto aos Resultados Positivos, as Ações de Policiamento e Fiscalização na PMAM tem sido realizado um número expressivo de ações de policiamento e fiscalização ambiental, resultando em apreensões de madeira ilegal, multas por desmatamento e outras medidas de combate a crimes ambientais. Os dados estatísticos indicam um aumento nas apreensões e multas nos últimos anos, o que sugere um esforço crescente da PMAM na proteção ambiental.

Já o Programa de Educação Ambiental Vitória-Régia é um Programa de Educação Ambiental Vitória-Régia tem se mostrado eficaz na promoção da conscientização e da sensibilização da sociedade em relação às questões ambientais. As entrevistas com educadores, alunos e líderes comunitários revelam que o programa tem contribuído para o desenvolvimento de um senso crítico e de responsabilidade ambiental, incentivando a adoção de práticas sustentáveis.

Quanto à Colaboração Interinstitucional A PMAM tem estabelecido parcerias estratégicas com órgãos ambientais, polícias federais, ministérios públicos, ONGs e outras instituições, fortalecendo a atuação na defesa da Amazônia. A colaboração interinstitucional tem permitido o compartilhamento de informações, o planejamento conjunto de operações coordenadas e a troca de experiências valiosas.

No que diz respeito aos Desafios e Limitações, a Vastidão do Território: A vastidão do território amazônico dificulta o monitoramento e a fiscalização de todas as áreas, tornando mais fácil a prática de crimes ambientais em locais remotos. A PMAM enfrenta dificuldades para alcançar e patrulhar todas as áreas de risco, o que limita a eficácia das ações de proteção ambiental.

Já a Complexidade dos Crimes Ambientais, como o garimpo ilegal, o tráfico de animais silvestres e a exploração ilegal de madeira, exige um conhecimento especializado por parte dos policiais militares. A falta de capacitação e treinamento adequados pode comprometer a eficácia das ações de fiscalização e repressão.

Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis

Artigo Científico

Em contrapartida, há Escassez de Recursos: A escassez de recursos, como veículos, equipamentos, pessoal e orçamento, limita a capacidade da PMAM de atuar em todas as áreas e combater todos os crimes ambientais. A falta de investimentos em infraestrutura e recursos humanos dificulta a atuação da PMAM na proteção ambiental.

Dá-se como Recomendações e Oportunidades o Fortalecimento do Monitoramento Tecnológico, o qual é fundamental investir em tecnologias mais avançadas para monitorar e fiscalizar atividades ilegais em áreas de difícil acesso. O uso de drones, satélites e sistemas de georreferenciamento pode aumentar a capacidade da PMAM de detectar e combater crimes ambientais.

Importante destacar a Ampliação da Capacitação, é necessário ampliar a capacitação dos policiais militares, oferecendo cursos e treinamentos especializados sobre legislação ambiental, técnicas de fiscalização, uso de tecnologias e outras áreas relevantes para a atuação na proteção do meio ambiente.

Quanto ao Incentivo à Participação da Sociedade, é importante criar canais de comunicação e participação para que a sociedade possa denunciar crimes ambientais, colaborar com as ações de proteção do meio ambiente e fiscalizar a atuação dos órgãos públicos.

Vale ressaltar que os resultados da pesquisa confirmam a importância da atuação da PMAM na proteção ambiental na Amazônia. No entanto, os desafios e limitações identificados apontam para a necessidade de aprimorar as estratégias e ações de proteção ambiental, investindo em tecnologia, capacitação e participação da sociedade. A proteção da Amazônia é um desafio complexo que exige um esforço contínuo e coordenado de diversos atores, e a PMAM tem um papel fundamental a desempenhar nesse processo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa se propôs a examinar a atuação da Polícia Militar do Amazonas (PMAM) na proteção ambiental, com os seguintes objetivos específicos: Avaliar as estratégias de monitoramento e fiscalização utilizadas pela PMAM; Discutir exemplos de colaborações bem-sucedidas entre a PMAM e programas de educação ambiental; Analisar o desenvolvimento de um senso crítico e de cidadania ambiental nas escolas e comunidades.

Com base nos resultados obtidos, é possível afirmar que os objetivos propostos foram, em grande medida, alcançados. A Avaliação das Estratégias de Monitoramento e

Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis Artigo Científico

Fiscalização: A pesquisa identificou e analisou as principais estratégias de monitoramento e fiscalização utilizadas pela PMAM, incluindo o uso de tecnologias como drones e sistemas de georreferenciamento, bem como as ações de policiamento ostensivo e repressão a crimes ambientais.

A análise revelou que essas estratégias têm sido eficazes na detecção e combate a crimes ambientais, mas também apontou para a necessidade de aprimorar o uso de tecnologias mais avançadas e de ampliar a capacitação dos policiais militares.

Quanto à Discussão de Colaborações Bem-Sucedidas, a pesquisa identificou e discutiu exemplos de colaborações bem-sucedidas entre a PMAM e programas de educação ambiental, como o Programa Vitória-Régia. A análise demonstrou que essas colaborações têm sido eficazes na promoção da conscientização e da sensibilização da sociedade em relação às questões ambientais, bem como no desenvolvimento de um senso crítico e de responsabilidade ambiental.

No que concerne a Análise do Desenvolvimento de um Senso Crítico e de Cidadania Ambiental, a pesquisa analisou o desenvolvimento de um senso crítico e de cidadania ambiental nas escolas e comunidades por meio de entrevistas com educadores, alunos e líderes comunitários. Os resultados indicam que as ações da PMAM e de outros atores têm contribuído para o desenvolvimento de um senso crítico e de responsabilidade ambiental, mas também apontam para a necessidade de fortalecer a participação da sociedade na proteção do meio ambiente.

Nesse sentido, a presente pesquisa confirmou a importância da atuação da PMAM na proteção ambiental na Amazônia. A PMAM desempenha um papel fundamental na defesa do meio ambiente, atuando tanto na prevenção quanto na repressão de crimes ambientais. No entanto, a pesquisa também revelou desafios significativos e oportunidades de aprimoramento.

É fundamental que a PMAM continue investindo em tecnologias mais avançadas, ampliando a capacitação dos policiais militares e fortalecendo a colaboração interinstitucional. Além disso, é essencial que a sociedade como um todo se mobilize e adote práticas sustentáveis em seu dia a dia, contribuindo para a construção de um futuro mais sustentável para a Amazônia e para o planeta.

A proteção da Amazônia é um desafio complexo que exige um esforço contínuo e coordenado de diversos atores. A presente pesquisa espera contribuir para o aprimoramento

Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis

Artigo Científico

das estratégias e ações de proteção ambiental, incentivando o debate e a reflexão sobre o papel da PMAM e da sociedade na defesa do meio ambiente.

REFERÊNCIAS

AMAZONAS, Polícia Militar do Amazonas. Policiamento Ambiental. Disponível em: https://pm.am.gov.br/portal/pagina/policiamento_ambiental

AMAZONAS, Secretaria de Segurança Pública do Estado. Disponível em: <https://www.ssp.am.gov.br/comando-de-policiamento-ambiental-da-pmam-bate-recorde-de-productividade-em-diversos-tipos-de-apreensoes-no-amazonas>

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil.